ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL IV

RECURSOS HUMANOS

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA
TIPO 3 (AMARELA)

SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e uma folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

FGV CONHECIMENTO

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Língua Portuguesa

Atenção: o Texto a seguir se refere às seis próximas questões.

Iniciativas que estão transformando a Educação no Rio

Atualmente, diversas iniciativas estão transformando a educação no Rio de Janeiro, proporcionando novas abordagens que impactam positivamente alunos e professores. Programas inovadores estão sendo implementados para criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

Uso de Tecnologia Educacional

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva. Isso não só facilita o acesso ao conhecimento, como também estimula a autonomia.

Projetos Sociais e Comunitários

Iniciativas sociais, como projetos que envolvem a comunidade local, têm mostrado resultados promissores. Programas de reforço escolar, atividades extracurriculares e parcerias com ONGs ajudam a complementar a educação formal e oferecem suporte adicional aos estudantes.

Formação Continuada de Professores

A formação continuada de professores é outra peça fundamental nesta transformação. A capacitação em novas metodologias e tecnologias de ensino prepara os educadores para lidar com os desafios atuais, oferecendo auxílio para que eles possam explorar todo o potencial de seus alunos.

Essas iniciativas, quando unidas, criam um ecossistema mais forte para a educação no Rio, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e efetiva. A comunidade escolar ganha muito com a implementação de ações que promovem a inclusão e a inovação.

O futuro da educação no Rio de Janeiro

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis, espera-se que mais alunos sejam motivados e alcançados. A colaboração entre todos os agentes envolvidos é crucial para alcançar resultados positivos.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2025.

1

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o principal objetivo do Texto.

(A) Dar uma visão positiva da educação no Rio de Janeiro, destacando medidas tomadas para sua melhoria.
(B) Informar o público em geral sobre a situação educacional do Estado.
(C) Mostrar a preocupação do governo do Estado em adaptar as escolas a mudanças tecnológicas importantes.
(D) Criticar o atual estado da conjuntura educacional, mostrando graves problemas.
(E) Difundir mudanças educacionais positivas, para que o exemplo possa espalhar-se pelo país.

2

O texto fala de plataformas *online*, utilizando-se de um estrangeirismo de uso corrente.

As frases a seguir mostram palavras ou expressões de origem latina (*latinismos*), frequentes em nossa língua escrita culta.

Assinale a opção que mostra a frase em que o *latinismo* empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

(A) A carta trazia um *post scriptum* que mencionava a exigência. / informação oculta.
(B) A transferência *ad hoc* do funcionário havia sido feita. / para outro posto.
(C) *Ex abrupto* todas essas coisas ocorreram. / De repente.
(D) Dois dias depois acharam um *modus vivendi.* / meio de sobreviver.
(E) Surpreendido em pleno delito, ouviu a frase *Tu quoque, Brute* em tom de comédia. / Que coisa feia!

3

O texto traz a frase:

"*À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis ...*", em que ocorre o uso correto de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a colocação do pronome pessoal oblíquo também está gramaticalmente correta.

(A) "Deveria existir uma pitada de diletantismo na crítica, pois o diletante é um entusiasta que ainda não acomodou-se e não está preso aos hábitos."
(B) "Não pode chamar-se realmente de língua o idioma que não possui escritor."
(C) "Se enganam aqueles que querem combater o uso com a gramática."
(D) "Ai dos feitores de traduções literárias que, ao traduzirem cada palavra, enfraquecem o sentido! Este é bem o caso em que não pode se dizer que a letra mata e o espírito vivifica."
(E) "Podes conhecer o espírito de qualquer pessoa, se observares como ela comporta-se ao receber elogios."

4

Leia o trecho a seguir.

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva.

O emprego de novas tecnologias na Educação pretende, fundamentalmente,

(A) mostrar a competência das autoridades educacionais do Estado em áreas da modernidade.
(B) aumentar a participação efetiva dos alunos nos processos educacionais utilizados.
(C) fazer com que a educação brasileira se equipare às mais adiantadas do mundo.
(D) desenvolver processos mentais de maior rapidez e eficiência no ensino.
(E) aplicar métodos pedagógicos modernos, só passíveis de utilização com a computação.

5

Analise o fragmento a seguir.

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Entre as modificações propostas no fragmento acima para a área da educação no Estado do Rio de Janeiro, só ***não*** é citada

(A) a participação da comunidade na vida escolar.
(B) a aplicação de novos meios tecnológicos.
(C) a inclusão de todos os educandos no processo.
(D) a necessidade de melhores condições de trabalho.
(E) a adoção de medidas criativas.

6

Analise o segmento a seguir.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Depreende-se desse segmento que

(A) a prosperidade econômica depende exclusivamente da renovação do processo educacional.
(B) a educação pública deve ser priorizada sobre a privada.
(C) a educação é ferramenta indispensável para a construção de um futuro econômica e politicamente positivo.
(D) as mudanças significativas ocorrem com a mudança educacional, apesar das interrupções políticas.
(E) os processos educacionais devem priorizar a área econômica, pois dela depende todo o restante.

7

Assinale a opção que apresenta a frase que ***não*** mostra desvio gramatical, com referência à norma culta.

(A) "É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
(B) "Eram tantos os castelos que meu pai engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados..." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
(C) "— Procura pelo senhor? — Parece que procura, respondeu Raimundo tapando o riso com a mão; mas eu tranquei ele no quarto, para não fugir." (*Quincas Borba*)
(D) "Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva." (*Dom Casmurro*)
(E) "Aquela intimidade de vizinhos tinha de acabar nisto, que é verdadeiramente uma bênção do céu, porque ela é um anjo, é um anjíssimo..." (*Dom Casmurro*)

8

Nas frases a seguir há um termo precedido de artigo definido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está ***incorretamente*** identificada.

(A) "Esta ideia, rútila e grande, - trajada ao bizarro, como diria o padre Bernardes, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela..." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Antes de nomes próprios personativos, implica a noção de intimidade, afetividade, conhecimento.
(B) "Todo aquele reviver das coisas parecia estar pedindo uma igual aurora nas almas. Estas é que deveriam falar ali a sua língua delas, amorosa e cândida." (*A Mão e a Luva*) / Antes de pronome adjetivo possessivo mostra função identificadora, realçando a ideia de posse.
(C) "-Bem, agora é tarde, amanhã levo-lhe os dez contos." (*Quincas Borba*) / Mostra valor demonstrativo.
(D) "Para dizer tudo, devo confessar que o coração me batia um pouco." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Mostra valor possessivo.
(E) "E ela percorria toda a conversação, e não achava nada que explicasse a frieza dele." (*Quincas Borba*) / Mostra valor equivalente ao artigo indefinido.

9

Assinale a opção que apresenta a frase em que há ***erro ortográfico*** em um dos termos sublinhados.

(A) *Bom dia*, companheiros, retribuiu o diretor ao *bom-dia* dos funcionários presentes.
(B) José era *bem-educado*, ao contrário do irmão, que não havia sido *bem educado* pelos pais.
(C) Na *segunda feira* que visitaram, disseram-lhes que na próxima *segunda-feira* haverá mais barracas.
(D) O anfitrião queria o *bem estar* de todos e por isso mesmo queria o *bem-estar* dos convidados.
(E) O meu filho vive no mundo do *faz-de-conta* e às vezes a babá *faz de conta* que é mãe dele.

10

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a preposição ***a*** tem valor semântico de *finalidade*.

(A) "Pode ir *a* São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe." (*Dom Casmurro*)
(B) "Alguma vez desceu *a* jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa." (*Helena*)
(C) "Também Capitu, em solteira, fora tratá-la *à* Rua dos Inválidos." (*Dom Casmurro*)
(D) "Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia *a* trote." (*Dom Casmurro*)
(E) "Era lido, posto que de atropelo, o bastante para divertir ao serão e *à* sobremesa." (*Dom Casmurro*)

Noções de Informática

11

Durante a redação de um texto, um funcionário usou o comando `Ctrl + C` em três frases diferentes, em momentos distintos. Ele deseja acessar o histórico para escolher qual das frases colar agora.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas que deve ser usada no Windows 10 para abrir a interface do Histórico da Área de Transferência.

(A) Ctrl + V
(B) Alt + Tab
(C) Windows + V
(D) Windows + H
(E) Shift + Insert

12

Um servidor está preparando uma apresentação para uma audiência pública e deseja que, ao passar do *slide* 1 para o *slide* 2, surja um efeito do tipo "Empurrão".

Assinale a opção que indica, no MS-PowerPoint, o efeito que é aplicado ao movimento que ocorre durante a mudança entre um *slide* e outro.

(A) Animação.
(B) Transição.
(C) *Design.*
(D) *Layout.*
(E) Botão de Ação.

13

Um usuário deseja acessar as configurações do sistema para verificar as atualizações do *Windows Update*.

Assinale a opção que indica, corretamente, o atalho de teclado que abre diretamente a janela de Configurações do Windows 10.

(A) Windows + E
(B) Windows + I
(C) Windows + L
(D) Windows + R
(E) Windows + P

14

Um servidor da Alerj precisa organizar diversos relatórios na pasta "Documentos". Ele deseja mover um arquivo específico de uma subpasta para outra utilizando o *mouse*, mas sem que o arquivo original permaneça no local de origem.

Considerando o funcionamento padrão do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, assinale a opção que indica a ação executada pelo sistema ao arrastar um arquivo de uma pasta para outra dentro da mesma unidade de disco.

(A) Copiar o arquivo.
(B) Criar um atalho.
(C) Mover o arquivo.
(D) Compactar o arquivo.
(E) Excluir o arquivo original.

15

Uma lista contendo 500 nomes de servidores encontra-se disposta de forma aleatória. O setor de Recursos Humanos precisa organizá-la em ordem alfabética crescente (de A a Z).

Assinale a opção que indica, no MS-Excel, o recurso usado para organizar dados com base em critérios alfabéticos ou numéricos.

(A) Filtro.
(B) Classificar.
(C) Congelar Painéis.
(D) Tabela Dinâmica.
(E) Validação de Dados.

16

Um servidor precisa enviar um conjunto de 50 fotos de alta resolução por *e-mail*, mas o servidor de correio limita o tamanho do anexo a 20 MB.

Assinale a opção que indica a técnica mais adequada para contornar essa limitação de tamanho, preservando a organização.

(A) Alterar a extensão das fotos para .doc.
(B) Enviar 50 *e-mails* separados.
(C) Compactar as fotos em um único arquivo (ex.: .zip ou .rar).
(D) Inserir as fotos no corpo do texto como imagem.
(E) Excluir o campo "Assunto" para liberar espaço.

17

Na planilha de controle de estoque da Alerj, a célula `B2` contém o preço unitário e a célula `C2`, a quantidade. Na célula `D2`, o usuário inseriu a fórmula `=$B2*C$2`.

Se o usuário arrastar a alça de preenchimento da célula `D2` para a célula E3, a fórmula, nessa nova célula, será

(A) =$B3*D$2
(B) =$B2*C$2
(C) =$B3*C$2
(D) =$C2*D$2
(E) =B3*C3

18

Durante uma pesquisa no Google Chrome, um usuário fechou acidentalmente uma aba que continha informações importantes.

Assinale a opção que apresenta o atalho de teclado que permite reabrir a última aba que foi fechada no navegador.

(A) Ctrl + T
(B) Ctrl + N
(C) Ctrl + Shift + T
(D) Ctrl + Shift + N
(E) Alt + F4

19

Um servidor criou uma tabela no Word para listar deputados e suas respectivas comissões. Ele precisa que a primeira linha da tabela, ou seja, o cabeçalho da tabela, apareça automaticamente no topo de cada nova página, caso a tabela se estenda por várias folhas.

Assinale a opção nas "Propriedades da Tabela" ou na guia "*Layout*" que permite realizar essa ação.

(A) Dividir Tabela.
(B) Classificar.
(C) Repetir Linhas de Cabeçalho.
(D) Converter em Texto.
(E) Ajuste Automático.

20

Um analista precisa verificar se o gasto de um gabinete ultrapassou o teto de R$ 30.000,00. O valor gasto está na célula `A10`. Se ultrapassar, a planilha deve exibir "ALERTA", caso contrário, "OK".

Assinale a opção que mostra a fórmula, quando aplicada no MS-Excel, que executa corretamente essa tarefa.

(A) =SOMA(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
(B) =SE(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
(C) =PROCV(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
(D) =CONT.SE(A10>30000; "ALERTA")
(E) =MÁXIMO(A10; 30000)

Noções de Direito Administrativo

21

Carolina, servidora pública no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), participou de um curso de capacitação que versava sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade aplicáveis à Administração Pública.

Sobre esses princípios, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) O princípio da *legalidade* está previsto, expressamente, no texto constitucional, enquanto o princípio da *impessoalidade* não está abarcado, expressa ou implicitamente, pelas normas constitucionais.
(B) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade*, mesmo não tendo previsão constitucional expressa, estão implicitamente abarcados pelas normas constitucionais.
(C) O princípio da *impessoalidade*, muito embora não tenha previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
(D) O princípio da *legalidade*, muito embora não possua previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
(E) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade* estão previstos, expressamente, no texto constitucional.

22

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado *Alfa* editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público.

Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
(B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.
(C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.
(D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.
(E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

23

Considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a sede da Alerj é um bem público de

(A) uso comum do povo, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(B) uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(C) dominical, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(D) uso comum do povo, inexistindo restrição à sua alienação.
(E) uso especial, inexistindo restrição à sua alienação.

24

João, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. A ordem cronológica de pagamento poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.
II. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
III. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

25

Lucas, servidor público federal, tomou conhecimento de que a tomada de determinada decisão administrativa exige a participação de cinco diferentes setores da Administração Pública. Registre-se que se está diante de relevante matéria em discussão, relacionada ao poder sancionador, e que há discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

(A) Essa decisão administrativa poderá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão e por força da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
(B) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
(C) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, já que o referido instituto não tem previsão legal.
(D) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, por expressa vedação legal.
(E) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão.

26

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Henrique, servidor público no Município *Alfa*, praticou, dolosamente, três diferentes condutas caracterizadoras de improbidade administrativa, quais sejam:

i) em 2022, o agente descumpriu as normas relativas à fiscalização de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
ii) em 2023, Henrique praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade, em contrariedade aos mandamentos constitucionais, promovendo inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos de órgãos públicos;
iii) em 2024, o servidor frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

(A) Henrique cometeu, em 2022, ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.
(B) Henrique, em 2022, cometeu ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
(C) Henrique, em 2022 e em 2023, cometeu atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, no ano de 2024, foi praticado ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
(D) Henrique praticou, nos três casos, atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
(E) Henrique, nos três episódios, praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.

27

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Especialista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, de forma dolosa, no exercício da função, praticou ato ilícito que causou danos materiais à cidadã Maria, que buscara atendimento junto à mencionada Casa Legislativa. Maria, então, ajuizou ação indenizatória e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, vinte mil reais, que foram pagos pelo Estado *Alfa*.

Em seguida, o Estado *Alfa*, pela sua Procuradoria-Geral, ajuizou ação regressiva em face de João, pretendendo o ressarcimento pelos vinte mil reais que teve que pagar a Maria.

No caso em tela, João

(A) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas o Estado *Alfa* pode ser obrigado a promover o pagamento, sem direito de regresso.
(B) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas a Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* pode ser obrigada a promover o ressarcimento, a título de direito de regresso.
(C) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que independe da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
(D) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil subjetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
(E) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.

28

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

i) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
ii) a compra por encomenda; e
iii) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a referida legislação se aplica

(A) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
(B) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(C) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(D) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(E) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

29

O Prefeito do Município *Beta*, em manifestação publicada nos mais variados meios locais de comunicação, afirmou que trabalhou arduamente para a instituição da fundação *Alfa*, que passou a integrar a Administração Indireta do referido ente federativo.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autorização para instituir a fundação *Alfa* ocorrerá por meio de

(A) lei complementar, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
(B) lei específica, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
(C) lei complementar, cabendo a uma lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
(D) lei específica, cabendo a uma lei complementar definir as áreas de sua atuação.
(E) decreto, cabendo a uma lei específica definir as áreas de sua atuação.

30

José, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, encontra-se em situação de inadimplência junto à concessionária *Alfa*, que presta o serviço público de fornecimento de energia elétrica na municipalidade. Apesar de já ter sido formalmente notificado, José não quitou as suas dívidas.

Em assim sendo, a concessionária suspenderá a prestação do serviço público, em observância às formalidades legais. Registre-se que haverá feriado nacional na quinta-feira da semana em que a interrupção do serviço será efetivada.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que a suspensão da prestação do serviço público poderá se iniciar na(o)

(A) quarta-feira.
(B) quinta-feira.
(C) sexta-feira.
(D) terça-feira.
(E) sábado.

Noções de Direito Constitucional

31

Determinado projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno (RI) da Alerj, que

(A) as duas comissões devem se limitar a emitir pareceres, que sempre serão submetidos à deliberação do Plenário.
(B) as duas comissões devem discutir e votar projeto de lei que, na forma do RI, dispensar a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Alerj.
(C) os projetos de lei sempre serão apreciados em caráter terminativo por ambas as comissões, salvo se a submissão ao Plenário for determinada no despacho inicial da Mesa.
(D) a deliberação da CCJ tem caráter terminativo, enquanto a manifestação da CDC pode ser submetida à deliberação do Plenário, se houver recurso de um décimo dos membros da Alerj.
(E) as duas deliberações das duas comissões terão caráter terminativo, não sendo submetidas ao Plenário, salvo se for realizado acordo de lideranças, em momento anterior, definindo essa submissão.

32

Durante a apreciação das contas de determinado ente federativo, foram identificadas irregularidades relacionadas à execução de despesas sem adequada comprovação de economicidade e ao descumprimento de normas de planejamento orçamentário.

Diante disso, suscitou-se discussão sobre o alcance da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

(A) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária limita-se à verificação da legalidade formal dos atos administrativos.
(B) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, de forma autônoma em relação ao Poder Legislativo.
(C) A economicidade é critério autônomo e obrigatório de fiscalização, expressamente previsto no art. 70 da CF, condicionada à comprovação prévia de dano ao erário.
(D) Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno; ao Tribunal de Contas, o controle externo; e, ao Poder Legislativo, apenas o julgamento político das contas.
(E) A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio dos Tribunais de Contas, os quais atuam como órgãos técnicos especializados, sem substituir a função política e institucional do Parlamento. Trata-se de um modelo que combina controle democrático e controle técnico, assegurando *accountability* na gestão dos recursos públicos.

33

João tinha alguns problemas em sua vida pessoal e, após consultar um profissional com capacidade postulatória, foi-lhe informado que, em razão da diversidade desses problemas, deveria utilizar as ações constitucionais de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção. Embora não fosse economicamente hipossuficiente, preocupado com os custos envolvidos, questionou o profissional em relação à gratuidade, ou não, dessas ações.

Foi corretamente informado a João que a Constituição da República assegura a gratuidade

(A) de todas as ações.
(B) apenas do *habeas corpus*.
(C) apenas do *habeas corpus* e do *habeas data*.
(D) apenas do mandado de injunção e do mandado de segurança.
(E) apenas do *habeas corpus*, do mandado de injunção e do mandado de segurança.

34

Um Estado-membro pretende criar uma sociedade de economia mista para explorar diretamente, em regime concorrencial, o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, justificando a medida como forma de melhorar a qualidade do serviço. Ao mesmo tempo, cogita-se dispensar licitação para delegar a operação do serviço a uma empresa privada "parceira" por permissão, alegando urgência e interesse público.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de justificativa constitucional, bastando lei autorizativa.
(B) A criação de sociedade de economia mista para explorar atividade econômica sujeita-se a regime jurídico de direito público, com privilégios fiscais típicos da Administração Direta.
(C) O Estado, como agente normativo e regulador, exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo tais funções determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
(D) A delegação de serviço público por concessão ou permissão prescinde de licitação quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
(E) A prestação de serviço público somente pode ocorrer diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a delegação por concessão ou permissão.

35

Foi identificado, no âmbito do Estado *Alfa,* o surgimento de diversas sociedades empresárias com objeto social na área de tecnologia, o que suscitou debates, no âmbito da Assembleia Legislativa, em relação à possibilidade de ser editada uma lei disciplinando os contratos a serem celebrados entre as referidas sociedades.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a matéria é de competência legislativa

(A) privativa da União.
(B) residual do Estado *Alfa.*
(C) supletiva do Estado *Alfa.*
(D) plena dos entes federativos.
(E) comum entre os entes federativos.

36

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA) identificou uma irregularidade em contrato administrativo celebrado pela Secretaria Estadual de Educação, que tem como objetivo a aquisição de material escolar. A irregularidade consistia na existência de superfaturamento de parte dos preços.

Nessa situação, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o TCEA deve

(A) sustar o contrato administrativo.
(B) rescindir o contrato administrativo.
(C) pedir autorização à Assembleia Legislativa para sustar o contrato administrativo.
(D) comunicar à Assembleia Legislativa, que poderá sustar o contrato administrativo.
(E) determinar a redução dos preços ao valor de mercado, não sendo possível que o TCEA ou a Assembleia Legislativa suste o contrato administrativo.

37

Em determinada legislatura, foi instituída uma comissão temporária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), visando à apuração de fato determinado.

No curso dos debates inaugurais, foi discutido entre os integrantes da comissão a possibilidade de convocação do Governador do Estado para comparecer em uma audiência e ser ouvido.

Na situação descrita, é correto afirmar em relação à convocação cogitada que

(A) é possível, mas a convocação deve ser previamente aprovada pelo Plenário da Alerj.
(B) é possível apenas se a comissão for uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
(C) é vedada, pois comissões da Alerj não podem convocar autoridades do Poder Executivo.
(D) não é prevista na Constituição da República a possibilidade de convocação do Chefe do Poder Executivo.
(E) é possível, mas é necessário assegurar ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de marcar dia e horário para comparecer.

38

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, a equipe econômica da União propôs a exclusão integral das despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), tanto do limite individualizado de despesas do Poder Executivo quanto da meta de resultado primário, alegando a necessidade de preservar espaço fiscal para investimentos públicos e continuidade de políticas sociais.

Parlamentares, por sua vez, questionaram se essa proposta estaria compatível com o texto constitucional vigente, especialmente após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 102/2019, nº 109/2021, nº 135/2024 e nº 136/2025, que reforçaram o dever de execução orçamentária, a disciplina fiscal e a integração entre planejamento, orçamento e metas fiscais.

À luz do Art. 165 da Constituição Federal, em sua redação atualizada, assinale a afirmativa correta.

(A) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite de despesas e da meta de resultado primário pode ser realizada de forma permanente por meio da LDO, desde que justificada pela necessidade de expansão de investimentos.

(B) As alterações constitucionais recentes conferiram plena discricionariedade ao Poder Executivo para definir, na LDO, quais despesas obrigatórias serão computadas ou excluídas das metas fiscais.

(C) A Constituição passou a impor o dever de execução das programações orçamentárias indistintamente a todas as despesas, inclusive às financeiras e às obrigatórias.

(D) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite individualizado do Poder Executivo a partir de 2026 não implica, por si só, sua exclusão definitiva da apuração da meta de resultado primário, a qual deve observar regras constitucionais de incorporação gradual.

(E) A Constituição autoriza que a LDO afaste, de maneira geral, o cômputo de precatórios e RPVs tanto do limite de despesas quanto da meta fiscal, desde que respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário.

39

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas a Municípios. Parte delas por meio de transferências especiais, sem vinculação á finalidade específica, e a outra parte por transferências com finalidade definida. No curso do processo legislativo, surgiram questionamentos sobre os limites dessas emendas, sua execução obrigatória e o papel da Comissão de Orçamento.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas sem limite percentual da receita corrente líquida, desde que observem a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a LDO.

(B) A execução das emendas individuais é obrigatória apenas quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, permanecendo discricionária nos demais casos.

(C) As emendas individuais impositivas podem alocar recursos a Estados e Municípios por transferência especial ou por transferência com finalidade definida, observadas as vedações constitucionais quanto à destinação dos recursos.

(D) As emendas individuais somente produzem efeitos após aprovação definitiva pelo Plenário do Congresso Nacional, não se submetendo à apreciação prévia da Comissão Mista de Orçamento.

(E) Os recursos oriundos de transferências especiais integram a receita do ente federado beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

40

Joana, servidora pública estadual, deseja concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente, mas tinha dúvidas em relação à necessidade, ou não, de se afastar do serviço estadual após a investidura, bem como em relação à sua remuneração.

Após analisar a sistemática vigente, Joana concluiu corretamente que, caso seja eleita para o cargo de

(A) vereadora, deve ser afastada do cargo público estadual, mas continuará a receber a respectiva remuneração.

(B) prefeita, deve receber tanto a remuneração afeta a esse cargo como a concernente ao cargo público estadual.

(C) vereadora ou prefeita, deve ser afastada do cargo público estadual, não podendo receber a remuneração afeta a esse último.

(D) vereadora ou prefeita, pode continuar no cargo público estadual, recebendo a respectiva remuneração, se houver compatibilidade de horários.

(E) prefeita, pode optar pela remuneração do cargo público estadual, e se for eleita vereadora terá igual direito se não houver compatibilidade de horários.

Legislação Específica

41

Maria, servidora de uma Secretaria do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constatou que outro servidor não estaria exercendo com estrita moderação as prerrogativas funcionais, o que, em tese, configuraria afronta ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, desejava encaminhar peças para a estrutura orgânica responsável pela apuração da referida conduta.

Após consultar o decreto de regência, Maria concluiu corretamente que a apuração deve ser realizada

(A) pela comissão central de ética, integrada por 5 (cinco) servidores nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.
(B) pelo superior hierárquico do servidor que teria violado o dever ético, com o encaminhamento das conclusões ao Secretário de Estado.
(C) pela comissão permanente de inquérito administrativo, que deve sugerir ao Secretário de Estado a adoção das medidas correspondentes à sua esfera de competência.
(D) pela comissão temporária de ética, integrada por cinco servidores designados pelo Secretário de Estado, entre ocupantes de cargo de provimento efetivo, com mandato de 2 (dois) anos.
(E) por uma comissão de ética setorial, que deve ser constituída no âmbito da Secretaria, integrada por três servidores, titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, designados pelo respectivo dirigente.

42

Após a tramitação de processo administrativo disciplinar, foi aplicada a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Estado do Rio de Janeiro, a pena disciplinar de suspensão.

Na situação descrita, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que a

(A) pena não excedeu 90 (noventa) dias.
(B) conduta de Inácio não foi praticada com dolo ou má-fé.
(C) pena não acarretará a perda das vantagens decorrentes do exercício do cargo.
(D) conduta de Inácio não configurou falta grave, o que acarretaria a demissão.
(E) pena pode ser convertida em multa, no percentual legal e observados os requisitos previstos.

43

Em determinada legislatura, diversos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) procuraram determinado Deputado Estadual, e informaram que seria conveniente que ocorresse a criação de novos cargos efetivos, de modo a ampliar a qualidade do serviço.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o Deputado Estadual esclareceu, corretamente, aos servidores que

(A) a Mesa Diretora pode editar decreto legislativo criando os novos cargos.
(B) apenas a Mesa Diretora pode apresentar o projeto de resolução sobre a matéria.
(C) qualquer Deputado Estadual pode apresentar o respectivo projeto de lei sobre a matéria.
(D) um terço dos Deputados Estaduais pode apresentar projeto de decreto legislativo sobre a matéria.
(E) apenas a Mesa Diretora pode propor à Assembleia a edição de decreto legislativo sobre a matéria.

44

Pedro, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sofreu uma pena disciplinar após regular processo administrativo em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Sete meses depois, Pedro decidiu requerer a revisão da pena disciplinar.

De acordo com a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

(A) a revisão pode ter por base a injustiça da penalidade.
(B) a revisão não exige que sejam aduzidos fatos ainda não conhecidos.
(C) o falecimento de Pedro não obsta que a revisão seja requerida por terceiro.
(D) a revisão deve ser realizada no âmbito do Poder Judiciário, não no plano administrativo.
(E) o pedido de revisão é intempestivo, considerando o decurso de seis meses desde a aplicação da sanção.

45

Determinada proposição legislativa, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tramita em regime de urgência, sendo encaminhada para a análise de três comissões permanentes dessa Casa Legislativa.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

(A) as comissões devem emitir parecer, em caráter conjunto, de maneira imediata.
(B) os prazos de tramitação ordinária serão contados pela metade, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.
(C) as comissões devem emitir parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou diretamente em Plenário, conforme o despacho da Mesa.
(D) a proposição deve ser imediatamente incluída na Ordem do Dia, não sendo previamente encaminhada às comissões, que devem emitir parecer oralmente.
(E) as comissões devem emitir parecer, observado, isoladamente, o prazo de 3 (três) dias, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.

46

Alguns anos após iniciar o exercício funcional como servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Maria desejava obter o seu desenvolvimento funcional, com a passagem para o nível seguinte, no índice imediatamente superior.

Após analisar o Plano de Carreira instituído pela Resolução Alerj nº 590/1994, Maria concluiu corretamente que

(A) o desenvolvimento funcional pode ocorrer para área ou especialização diversa daquela em que ela se encontra.
(B) o interstício exigido, em relação ao desenvolvimento funcional anterior, na mesma modalidade, é de 1 (um) ano.
(C) a sua requisição para outro órgão público não obsta que concorra para essa modalidade de desenvolvimento funcional.
(D) o tempo mínimo de exercício funcional na Alerj, para que ela concorra nessa modalidade de desenvolvimento funcional, é de 2 (dois) anos.
(E) o processo concernente à referida modalidade de desenvolvimento funcional é realizado anualmente, no segundo semestre.

47

Determinada proposição legislativa em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao tomar conhecimento desse encaminhamento, João, Deputado Estadual e que não integra a CCJ, decidiu verificar a possibilidade de assistir às respectivas reuniões e apresentar emenda no âmbito da comissão.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, João concluiu, corretamente, que

(A) não pode assistir às reuniões.
(B) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoiamento de uma liderança partidária.
(C) não pode apresentar a emenda, ainda que com o apoiamento de um dos membros da CCJ ou de liderança partidária.
(D) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoiamento de um dos membros da CCJ, só podendo versar sobre matéria de sua competência.
(E) pode assistir às reuniões e apresentar a emenda, mas necessita, nesse último caso, de apoiamento de ao menos 5 (cinco) Deputados Estaduais.

48

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, sofreu a sanção de demissão.

Irresignada com essa sanção, ingressou com ação judicial requerendo a sua anulação, em virtude da não observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, o que foi acolhido pelo Poder Judiciário. Por essa razão, foi determinado o seu retorno ao serviço público, o que efetivamente ocorreu.

À luz da sistemática adotada pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que ocorreu

(A) a nomeação de Maria.
(B) a reintegração de Maria.
(C) a readaptação de Maria.
(D) o aproveitamento de Maria.
(E) o reenquadramento de Maria.

49

Diversas organizações não governamentais do norte fluminense iniciaram uma mobilização da população diretamente interessada, visando à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição Estadual, em relação à possibilidade, ou não, de a referida proposição vir a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), concluíram corretamente que

(A) a matéria não foi disciplinada na Constituição Estadual.
(B) o projeto deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.
(C) o projeto deve ser totalmente subscrito por meio de assinatura digital autenticada.
(D) o projeto deve ser subscrito por eleitores distribuídos em, pelo menos, dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
(E) o projeto pode ser subscrito por organizações não governamentais que congreguem, em seus quadros, não menos de um décimo por cento do eleitorado do Estado, cabendo aos eleitores ratificá-lo perante a Alerj.

50

Maria, Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tinha dúvidas em relação à possibilidade de vir a perder o mandato ou deixar de receber o subsídio em razão da fruição de uma licença.

Após analisar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Maria concluiu corretamente que a licença

(A) por motivo de doença fará cessar o pagamento do subsídio caso ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.
(B) por motivo de doença não fará cessar o pagamento do subsídio, desde que não ultrapasse 15 (quinze) dias.
(C) para tratar de assunto de interesse particular não fará cessar o pagamento do subsídio caso não ultrapasse 30 (trinta) dias por legislatura.
(D) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio e não pode ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
(E) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio caso se estenda por lapso que supere 90 (noventa) dias por legislatura.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

Durante um treinamento sobre provimento e exercício, a área de Administração de Pessoal discutiu situações em que o servidor, embora afastado temporariamente, continua sendo considerado em efetivo exercício para todos os fins legais.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, assinale a opção que indica a hipótese em que o servidor é considerado em efetivo exercício.

(A) A convocação para serviço militar.
(B) O afastamento para tratar de interesse particular.
(C) A licença para acompanhar cônjuge deslocado para outro Estado da Federação.
(D) A participação em curso de capacitação de iniciativa do próprio servidor, sem vínculo com o interesse público.
(E) O afastamento para exercer mandato eletivo municipal, sem previsão de reassunção imediata.

52

A Alerj iniciou uma ação de integração para novos servidores, apresentando a estrutura do Plano de Carreira instituído pela Resolução nº 590/1994.

Durante a atividade, explicou-se que o plano organiza os cargos por áreas de atuação e especialidades, definindo níveis profissionais e orientando processos de desenvolvimento funcional.

Considerando o disposto na Resolução nº 590/1994, o servidor que ingressa na especialidade de Recursos Humanos é enquadrado na área de

(A) apoio legislativo.
(B) controle interno.
(C) comunicação social.
(D) administração e informática.
(E) desenvolvimento institucional.

53

A promoção do bem-estar do trabalhador tem se consolidado como elemento estratégico para organizações que buscam sustentabilidade e alta performance.

No contexto brasileiro, pesquisas recentes têm demonstrado que intervenções baseadas em evidências científicas, que considerem aspectos físicos, psicológicos e sociais do trabalho, produzem os melhores resultados tanto para os trabalhadores quanto para as organizações.

Considerando as estratégias para promover o bem-estar do trabalhador, avalie as afirmativas a seguir.

I. Estudo experimental com trabalhadores da saúde pública demonstrou que intervenções baseadas em *mindfulness* adaptadas ao contexto organizacional reduziram significativamente os níveis de estresse percebido e *Burnout*, com efeitos mantidos após seis meses de seguimento.
II. Investigação com servidores públicos federais identificou que a implementação de políticas de flexibilidade de horário e trabalho remoto parcial está associada à maior satisfação com o equilíbrio trabalho-vida, mas não apresentou impacto significativo na redução do estresse ocupacional.
III. Metanálise de estudos brasileiros sobre intervenções organizacionais constatou que os programas que combinam desenvolvimento de lideranças (treinamento em gestão humanizada) com a participação dos trabalhados na tomada de decisão produzem os maiores efeitos sobre engajamento e bem-estar psicossocial.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I e III, apenas.

54

A Secretaria Legislativa da Assembleia do Estado *Delta* iniciou um diagnóstico de clima e cultura organizacional após constatar aumento de conflitos internos, rotatividade voluntária e percepção de incoerência entre os valores divulgados e as práticas cotidianas. A equipe técnica identificou que os servidores ingressantes relatavam dificuldades para compreender expectativas comportamentais, padrões decisórios e modos de interação considerados aceitáveis nas diferentes unidades.

Uma investigação mais aprofundada mostrou que o manual institucional descrevia a organização como colaborativa e orientada ao aprendizado, mas servidores experientes apresentavam comportamentos marcados por competitividade, retenção de informações e resolução informal de problemas. Os novatos relatavam que aprendiam muito mais observando seus superiores do que participando dos treinamentos de integração.

Diante desse cenário, a Diretoria de Gestão de Pessoas elaborou um plano de intervenção destinado a fortalecer a cultura organizacional desejada e a reduzir a lacuna entre valores formais e práticas reais. A primeira medida adotada consistiu na revisão estruturada dos processos pelos quais servidores recém-chegados aprendem normas, expectativas e comportamentos valorizados.

Considerando o contexto descrito, a ação implementada corresponde a um mecanismo relacionado ao fortalecimento da cultura e à promoção de um ambiente organizacional saudável. Assinale a opção que o indica.

(A) A padronização de procedimentos decisórios por meio de novas instruções normativas voltadas exclusivamente ao controle das rotinas administrativas.

(B) A reorganização das equipes com base em competências técnicas, priorizando a mobilidade interna como estratégia principal para difusão cultural.

(C) O aperfeiçoamento dos processos de socialização organizacional para transmitir, por meio de exemplos e interações, os valores e comportamentos esperados.

(D) A criação de incentivos individuais atrelados ao desempenho como instrumento para alinhar automaticamente comportamentos aos valores institucionais.

(E) A substituição das práticas de integração por programas de capacitação contínua centrados em habilidades sociais, técnicas e normativas.

55

A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* decidiu revisar sua estratégia de desenvolvimento institucional após constatar que diferentes unidades apresentavam padrões desiguais de desempenho, apesar de atribuições semelhantes.

Uma Auditoria Interna revelou que os cargos haviam sido descritos apenas com base em atividades, sem definição de competências essenciais ou diferenciais requeridas para funções legislativas e administrativas.

Com o objetivo de qualificar a gestão de pessoas, a Diretoria de Gestão Estratégica iniciou um projeto que envolveu análise das entregas institucionais, mapeamento de processos críticos, entrevistas com especialistas, aplicação de técnicas de incidentes críticos e uso de matriz comportamental por níveis de complexidade.

Um dos principais produtos do trabalho consistiu na elaboração de perfis de competências, estruturados em três dimensões:

I. as competências essenciais vinculadas à missão institucional;

II. as competências gerenciais associadas à coordenação de equipes e à atuação estratégica;

III. as competências específicas relacionadas ao domínio técnico necessário em cada área.

A partir desse cenário, a etapa realizada pela Assembleia corresponde ao seguinte elemento do modelo de gestão por competências:

(A) a construção de trilhas de aprendizagem adaptadas às lacunas individuais identificadas após a avaliação anual de desempenho.

(B) a modelagem de perfis de competências, que integra diagnóstico organizacional, análise de processos e definição de competências essenciais, gerenciais e específicas.

(C) a definição de critérios para progressão funcional baseados em métricas de produtividade e resultados institucionais.

(D) a implementação de um sistema de avaliação 360 graus voltado a mensurar comportamentos associados à liderança.

(E) o estabelecimento de banco de talentos para movimentação interna e recomposição de equipes em áreas críticas.

56

Estudos recentes têm apontado limitações estruturais na adoção de políticas de remuneração variável por desempenho no setor público, especialmente quando confrontados com evidências empíricas sobre seus efeitos reais na motivação, no comportamento organizacional e na gestão de carreiras.

Considerando as estratégias de remuneração direta e indireta no setor público, assinale a opção que indica uma das disfuncionalidades sobre programas de remuneração variável no serviço público.

(A) O enfraquecimento da política de desenvolvimento profissional, uma vez que a remuneração vinculada ao desempenho amplia o foco em capacitação contínua.

(B) O aumento da autonomia das equipes, que passam a definir suas próprias metas e indicadores como parte do processo de autorregulação institucional.

(C) O pagamento uniforme de bônus a todos os servidores, contrariando a lógica meritocrática que fundamenta esse tipo de incentivo.

(D) A redução da complexidade administrativa, já que a definição de metas e indicadores tende a simplificar a mensuração de resultados organizacionais.

(E) A supressão de conflitos internos, pois a percepção de justiça sobre os incentivos tende a ser homogênea entre diferentes carreiras e unidades administrativas.

57

A Assembleia Legislativa do Estado *Sigma* identificou conflitos recorrentes entre três unidades responsáveis pela tramitação de proposições legislativas: a divisão de análise técnica, a unidade de revisão normativa e o núcleo de consolidação legislativa.

As equipes dependiam fortemente umas das outras, mas divergiam quanto às prioridades, aos prazos e aos padrões de qualidade. O acirramento das tensões passou a comprometer a entrega final dos projetos e aumentar o retrabalho.

Tentativas anteriores de solução, baseadas em regras formais e na intervenção direta de superiores hierárquicos, mostraram-se insuficientes diante da complexidade da interdependência entre os grupos. Diante disso, a Mesa Diretora autorizou a criação de um mecanismo especial, reunindo representantes das três unidades para atuar de forma integrada, negociar critérios técnicos comuns e solucionar conflitos operacionais enquanto mantinham suas funções regulares.

Segundo as técnicas de *administração de conflitos,* assinale a opção que indica a estratégia adotada.

(A) Uso da hierarquia gerencial, com concentração de autoridade no gestor para decidir sobre divergências.
(B) Estabelecimento de regras e procedimentos padronizados para disciplinar interações rotineiras entre unidades.
(C) Designação de um agente de contato responsável por centralizar a comunicação e reduzir tensões entre os grupos.
(D) Criação de uma força-tarefa, atuando de modo temporário para gerir conflitos complexos.
(E) Implementação de canais informais de mediação baseados na comunicação espontânea entre servidores experientes.

58

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro estabelece critérios mínimos que devem ser observados no concurso destinado ao provimento efetivo.

Considerando o disposto no Estatuto, constitui requisito de avaliação obrigatório, a

(A) análise comportamental baseada em entrevista individual realizada pela banca.
(B) comprovação de experiência profissional mínima na área correlata ao cargo.
(C) verificação de antecedentes funcionais e disciplinares no setor público.
(D) avaliação do desempenho das atividades do cargo mediante estágio experimental.
(E) investigação da vida pregressa do candidato por órgão de segurança pública.

59

Uma Assembleia Legislativa abriu processo seletivo interno para promover servidores a cargos de chefia. Para evitar favorecimentos pessoais, a comissão responsável decidiu aplicar critérios objetivos como tempo de experiência, avaliações de desempenho e certificações profissionais, impedindo qualquer distinção baseada em vínculos pessoais ou preferências subjetivas.

Nessa situação, o princípio constitucional que orienta a prática adotada é o da

(A) legalidade.
(B) moralidade.
(C) publicidade.
(D) impessoalidade.
(E) eficiência.

60

Um servidor estadual solicitou esclarecimentos ao setor de pessoal sobre as situações em que poderia ser afastado do exercício do cargo e, ainda assim, continuar recebendo seus vencimentos.

Para orientá-lo, o servidor responsável apresentou o Art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, que lista hipóteses específicas em que o funcionário deixa de receber vencimentos e vantagens, exceto a gratificação adicional por tempo de serviço, quando se afastar do exercício do cargo.

Considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, caracteriza perda de vencimentos o afastamento para

(A) participar de programa oficial de capacitação ofertado pela administração estadual.
(B) atender convocação para depor como testemunha em processo judicial.
(C) prestar serviço a outro ente federativo quando não reconhecido como de interesse do Estado.
(D) cumprir missão temporária autorizada por ato normativo do Executivo estadual.
(E) realizar tratamento de saúde mediante licença devidamente homologada.

61

O Regimento Interno da Alerj afirma que a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos cabe a um órgão colegiado que, além disso, exerce atribuições como tomar providências necessárias ao funcionamento da Assembleia, dirigir todos os seus serviços administrativos, aprovar e encaminhar a proposta orçamentária, autorizar convênios e determinar a abertura de sindicâncias ou inquéritos administrativos.

De acordo com o Regimento Interno da Alerj, o órgão descrito é

(A) a Mesa Diretora.
(B) a Procuradoria-Geral da Alerj.
(C) a Comissão de Constituição e Justiça.
(D) a Presidência da Assembleia Legislativa.
(E) a Superintendência de Comissões Permanentes.

62

Durante uma inspeção de rotina do órgão regional do Ministério do Trabalho e Previdência na Alerj, o auditor solicitou a apresentação do documento legal que comprove a realização de ações de vigilância passiva da saúde ocupacional (a partir de informações sobre a demanda espontânea de empregados que procurem serviços médicos) e de vigilância ativa da saúde ocupacional (por meio de exames médicos dirigidos que incluam, além dos exames previstos nesta NR, a coleta de dados sobre sinais e sintomas de agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais).

Assinale a opção que indica o documento que atende formalmente a essa exigência regulamentar e deve ser apresentado pela equipe de Saúde Ocupacional.

(A) Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
(B) Relatório anual da CIPA.
(C) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) individual de cada servidor.
(D) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
(E) Laudo Técnico das Condições Ambientais (LTCAT).

63

A NR-5 estabelece os parâmetros e os requisitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), tendo por objetivo a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e promoção da saúde do trabalhador.

As organizações e os órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que têm empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, devem constituir e manter CIPA.

Sobre as atribuições da CIPA, avalie as afirmativas a seguir.

I. Verificar os ambientes e as condições de trabalho visando identificar situações que possam trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.
II. Elaborar e acompanhar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva em segurança e saúde no trabalho.
III. Participar no desenvolvimento e implementação de programas relacionados à segurança e saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma em

(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

64

Em diversos órgãos brasileiros, modelos de gratificação vinculada ao desempenho foram adotados com a intenção de diferenciar resultados individuais e institucionais. Contudo, a experiência acumulada demonstra que esses sistemas passaram por um processo de descaracterização, afastando-se de sua finalidade original.

Considerando essa realidade observada na Administração Pública, assinale a opção que apresenta corretamente essa transformação.

(A) Os valores das gratificações tornaram-se progressivamente mais variáveis, refletindo com maior precisão o desempenho efetivo de cada servidor.
(B) A avaliação institucional passou a responder integralmente pela definição dos valores pagos, eliminando a componente individual do sistema.
(C) A gratificação passou a ser usada apenas em situações excepcionais, vinculada a metas específicas de curto prazo e com pagamento esporádico.
(D) A gratificação, originalmente concebida como parcela variável, acabou se estabilizando como componente permanente da remuneração.
(E) Os sistemas de avaliação tornaram-se mais seletivos, reduzindo significativamente o número de servidores aptos a receber o valor máximo da gratificação.

65

Embora *People Analytics* ofereça benefícios relevantes para a gestão estratégica de pessoas, sua adoção enfrenta barreiras que podem comprometer a efetividade da abordagem.

Considerando as barreiras à implementação do *People Analytics,* assinale a afirmativa correta.

(A) O principal entrave está na ausência de metodologias estatísticas aplicáveis à gestão pública, o que limita o uso de análises preditivas em ambientes institucionais complexos.
(B) A necessidade de mudança cultural dentro das organizações constitui um fator crítico, uma vez que a adoção de práticas orientadas por dados exige nova mentalidade coletiva e maiores níveis de literacia analítica.
(C) As dificuldades de implementação decorrem sobretudo do excesso de integração entre sistemas, que reduz a autonomia das áreas na definição de indicadores estratégicos.
(D) A principal barreira é a pouca relevância da ética e da proteção de dados no processo decisório, já que o uso de informações sensíveis não afeta a aceitação dos colaboradores.
(E) A resistência ocorre porque People Analytics busca substituir o julgamento humano por decisões automatizadas, gerando perda de protagonismo das áreas gestoras.

66

A Assembleia Legislativa do Estado *Beta* iniciou um diagnóstico de comunicação interna após constatar falhas frequentes na circulação de informações essenciais entre diretorias e gabinetes.

O levantamento revelou:

- a proliferação de boatos sobre mudanças administrativas, gerando ansiedade entre servidores;
- a baixa interação entre unidades hierarquicamente distintas, reforçada por diferenças de *status*;
- a sobrecarga de mensagens em canais formais, dificultando a compreensão de prioridades;
- a dependência excessiva de relatórios extensos que não eram lidos tempestivamente.

A Diretoria de Comunicação Interna concluiu que o problema não derivava apenas da ausência de canais, mas sobretudo de uma rede informacional desorganizada, na qual fluxos formais e informais estavam desequilibrados. Para mitigar esses efeitos, adotou uma estratégia que combinava ações de monitoramento de boatos, estímulo a interações horizontais e criação de painéis sintéticos com informações essenciais para reduzir a sobrecarga.

Considerando o caso descrito e os fatores organizacionais que podem gerar rupturas na comunicação, assinale a opção que indica a diretriz voltada para o aprimoramento da comunicação organizacional adotada pela Assembleia.

(A) Reforço exclusivo dos canais formais de comunicação para evitar o uso de sistemas informais.
(B) Substituição integral de interações presenciais por comunicação digital estruturada.
(C) Centralização das mensagens estratégicas na alta administração, restringindo fluxos horizontais.
(D) Adoção de relatórios extensos e detalhados como principal instrumento para reduzir incertezas.
(E) Desenvolvimento de uma rede de informação equilibrada que ajuste a carga de informações à capacidade de processamento dos servidores.

67

No processo de Planejamento de Recursos Humanos, diferentes modelos podem ser utilizados para estimar necessidades futuras de pessoal e alinhar a força de trabalho aos objetivos da organização.

Um desses modelos é descrito como mais amplo e abrangente, pois considera um conjunto de variáveis intervenientes que influenciam diretamente a demanda por trabalhadores, incluindo:

I. o volume de produção desejado ou planejado;
II. as mudanças tecnológicas capazes de alterar a produtividade do pessoal;
III. as condições de oferta e procura no mercado consumidor e o comportamento da clientela;
IV. o planejamento de carreiras na organização.

Considerando essas características, assinale a opção que indica o modelo de planejamento de pessoal descrito.

(A) Modelo tradicional de planejamento integrado.
(B) Modelo baseado em segmentos de cargos.
(C) Modelo tradicional de substituição de postos-chave.
(D) Modelo tradicional baseado no fluxo do pessoal.
(E) Modelo tradicional baseado na procura estimada do produto.

68

Durante o planejamento anual de atividades legislativas, foi reforçado para os setores internos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) que, conforme a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, cabe ao Poder Legislativo exercer, além da função típica de legislar, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da administração estadual.

Essa orientação reforça que a Alerj desempenha, entre suas funções institucionais, a de

(A) executar políticas públicas setoriais.
(B) assessorar tecnicamente o Poder Judiciário.
(C) controlar a atuação administrativa do Executivo.
(D) gerir diretamente os recursos de autarquias estaduais.
(E) deliberar sobre os processos administrativos disciplinares.

69

Durante uma ação de orientação funcional, servidores recém-nomeados aprenderam que o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro estabelece deveres destinados a assegurar a regularidade do serviço público e a integridade da Administração.

Em um dos estudos de caso discutidos, analisou-se a conduta de um servidor que, ao tomar conhecimento de uma irregularidade praticada em sua unidade, permaneceu em silêncio e não comunicou o fato a nenhuma autoridade.

À luz do Estatuto, essa conduta viola o dever de

(A) observar pontualidade e assiduidade no desempenho das atribuições.
(B) manter conduta discreta em relação a assuntos internos da repartição.
(C) guardar sigilo sobre fatos e documentos de natureza reservada de que tenha conhecimento.
(D) tratar com urbanidade colegas, superiores hierárquicos e usuários dos serviços públicos.
(E) levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função.

70

Durante uma oficina sobre gestão do desempenho, discutiu-se que a revisão contínua funciona como mecanismo de retroação capaz de orientar, desenvolver e apoiar o autocontrole dos servidores.

Nessa abordagem, a revisão assume caráter ampliado, incorporando diferentes dimensões de competências necessárias ao desempenho no trabalho.

Considerando esse conceito, assinale a opção que indica adequadamente essa perspectiva.

(A) Concentra-se na medição de resultados imediatos, priorizando indicadores quantitativos para orientar o autodesenvolvimento.
(B) Enfatiza competências técnicas do cargo, entendidas como principal referência para ajustes de desempenho no curto prazo.
(C) Baseia-se em padrões de conduta previamente definidos, restringindo a retroação aos aspectos comportamentais observados.
(D) Privilegia competências desenvolvidas em treinamentos formais, por serem aquelas cuja evolução pode ser mensurada de modo objetivo.
(E) Integra competências pessoais, tecnológicas, metodológicas e sociais, permitindo que o servidor utilize a retroação para orientar seu próprio desenvolvimento.

71

O setor de protocolo da Alerj recebeu uma reclamação coletiva sobre dores nas costas e nos membros superiores dos seus servidores.

Uma avaliação preliminar indicou que as estações de trabalho possuem mobiliário antigo e não ajustável, a rotina exige movimentos repetitivos de digitação e a organização de processos físicos pesados.

Diante dessa situação, assinale a opção que indica a ação técnica de Saúde e Segurança do Trabalho que deve ser realizada prioritariamente para embasar intervenções eficazes.

(A) Distribuição de EPIs (equipamentos de proteção individual) para os trabalhadores do setor.
(B) Encaminhamento dos trabalhadores para avaliação no ambulatório de medicina do trabalho.
(C) Realizar uma análise ergonômica das posturas, dos mobiliários, da organização das tarefas e dos esforços repetitivos.
(D) Afastamento temporário dos trabalhadores e eventual encaminhamento para o INSS.
(E) Transferir imediatamente todos os servidores queixosos para outros setores.

72

Durante um curso de formação sobre atividades de administração de pessoal, discutiu-se a necessidade de observância do devido processo legal na aplicação de penalidades disciplinares aos servidores estaduais. Um dos instrutores destacou que certas penalidades somente podem ser aplicadas após a instauração e conclusão de processo administrativo disciplinar, conforme previsto no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro.

Assinale a opção que, à luz do Estatuto, indica a penalidade que exige previamente a instauração de processo administrativo disciplinar.

(A) Advertência por escrito.
(B) Suspensão de até trinta dias.
(C) Cassação de aposentadoria.
(D) Registro de repreensão em assentamento funcional.
(E) Anotação de falta disciplinar sem penalidade acessória.

73

A gestão do absenteísmo tem se tornado cada vez mais estratégica nas organizações brasileiras, demandando abordagens baseadas em evidências que vão além do mero controle administrativo. Pesquisas nacionais recentes demonstram que o absenteísmo está frequentemente associado a fatores organizacionais, psicossociais e de saúde, exigindo intervenções multifacetadas por parte da gestão de pessoas.

Sobre a gestão do absenteísmo, avalie as afirmativas a seguir.

I. Estudo longitudinal com servidores públicos federais identificou que programas de retorno gradativo ao trabalho após afastamentos por transtornos mentais comuns reduzem em 60% a probabilidade de recidiva e novos afastamentos, sendo mais eficazes que o retorno integral imediato.
II. Pesquisa com trabalhadores do setor industrial demonstrou que a implementação de políticas de desconexão digital fora do horário de trabalho está associada à redução significativa do presenteísmo e do absenteísmo por exaustão, justificando sua adoção como estratégia preventiva.
III. Análise de dados do setor bancário revelou que a exigência de atestado médico para todas as ausências, independentemente da duração, é a medida mais custo-efetiva para redução do absenteísmo, com retorno sobre investimento comprovado superior a outras intervenções.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

74

A área de gestão de pessoas da Alerj promoveu uma capacitação sobre formas de desligamento do servidor público no âmbito estadual.

Entre os temas discutidos, destacou-se que a exoneração ou dispensa pode ocorrer tanto a pedido quanto *ex-officio*, conforme previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando o Estatuto, constitui hipótese de exoneração ou dispensa *ex-ofiicio* o(a)

(A) exercício de cargo ou função de confiança.
(B) afastamento voluntário para tratar de interesse particular.
(C) conclusão de estágio experimental sem aproveitamento satisfatório.
(D) movimentação do servidor para outro órgão da Administração Pública.
(E) concessão de aposentadoria a pedido do servidor.

75

Durante uma capacitação, os servidores ingressantes na Alerj receberam orientação sobre os conceitos estruturantes do Plano de Carreira instituído pela Resolução nº 590/1994.

Considerando o disposto na Resolução nº 590/1994, o elemento da carreira que corresponde à posição ocupada pelo servidor na escala de vencimentos é denominado

(A) área.
(B) índice.
(C) nível.
(D) carreira funcional.
(E) especialidade.

76

Em um treinamento sobre práticas de gestão de pessoas, os servidores da área de desenvolvimento profissional discutiram diferentes sistemas de avaliação de desempenho.

Entre os métodos estudados, destacou-se aquele baseado em fatores previamente definidos, graduados em escalas de variação e registrados em formulário de dupla entrada. Apesar de amplamente utilizado por sua simplicidade, esse método é criticado pela suscetibilidade à subjetividade dos avaliadores e ao efeito halo.

O método descrito corresponde ao método

(A) da escolha forçada.
(B) de pesquisa de campo.
(C) dos incidentes críticos.
(D) de comparação aos pares.
(E) das escalas gráficas.

77

O Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), adotado em órgãos públicos brasileiros, usa referenciais da gestão por processos para compreender como o trabalho organizacional é estruturado e executado.

Nessa abordagem, o trabalho é decomposto em níveis analíticos hierárquicos, de modo que macroprocessos, processos, atividades e entregas se relacionam na geração de valor público e no cumprimento da missão institucional.

Considerando essa lógica, assinale a opção que descreve adequadamente a estrutura analítica utilizada pelo DFT para orientar o diagnóstico de necessidades de pessoal.

(A) As entregas correspondem a agrupamentos amplos de funções organizacionais, enquanto os macroprocessos representam tarefas específicas associadas ao cotidiano operacional.
(B) Os processos são definidos exclusivamente por fluxos administrativos padronizados, sem relação direta com produtos ou serviços entregues ao público.
(C) As atividades são entendidas como resultados institucionais mensuráveis, e as entregas, como etapas intermediárias necessárias à execução dos processos.
(D) Os macroprocessos são formados por entregas independentes, sem necessidade de articulação com atividades ou processos internos.
(E) As entregas constituem serviços mensuráveis, as atividades são os meios para produzi-las, os processos agrupam atividades que transformam insumos em resultados e os macroprocessos abrangem grandes áreas funcionais da organização.

78

A adoção de *People Analytics* tem ampliado a capacidade dos órgãos públicos de tomar decisões estratégicas baseadas em evidências. Essa abordagem integra dados de múltiplas fontes, identifica padrões e permite prever comportamentos relacionados à gestão do capital humano.

Entre os benefícios associados ao uso desse tipo de análise, está correto afirmar que *People Analytics* contribui para

(A) reduzir a participação dos gestores na avaliação, tornando desnecessária a análise qualitativa de contextos e comportamentos.
(B) uniformizar critérios de decisão de forma automática, independentemente das particularidades das equipes e das atividades desempenhadas.
(C) fortalecer a tomada de decisões embasadas em dados, diminuindo a dependência exclusiva de intuições e percepções subjetivas.
(D) promover a padronização dos comportamentos organizacionais ao alinhar todos os servidores a modelos estatísticos de previsão.
(E) concentrar processos decisórios em sistemas tecnológicos, substituindo gradualmente práticas tradicionais de gestão.

79

A Transformação Digital exige que os órgãos públicos revisem suas estruturas de gestão de pessoas para garantir que os sistemas de informação de RH atendam às novas demandas organizacionais.

A implementação efetiva desses sistemas depende não apenas da tecnologia adotada, mas da capacidade da organização de identificar lacunas de competências, alinhar talentos às necessidades digitais e gerir todo o ciclo de vida do capital humano.

Considerando esse contexto, assinale a afirmativa correta.

(A) Avaliar as capacidades técnicas e não técnicas da força de trabalho para identificar lacunas de talento é etapa essencial para implementar sistemas de informação de RH alinhados à estratégia digital.
(B) Priorizar a contratação de especialistas externos garante a integração plena dos sistemas de informação, reduzindo a necessidade de desenvolvimento interno de competências.
(C) Concentrar esforços em talentos técnicos é suficiente para operacionalizar sistemas digitais de RH, sem prejuízo de habilidades não técnicas como gestão ágil ou design organizacional.
(D) Restringir o uso de sistemas de informação às áreas técnicas facilita a adoção da transformação digital, evitando a necessidade de adaptação de equipes multifuncionais.
(E) Implementar sistemas digitais de RH prescinde da análise do ciclo de vida do talento, uma vez que a tecnologia substitui processos de desenvolvimento, retenção e capacitação.

80

O Governo do Estado *Delta* identificou que a falta de uma política estruturada de desenvolvimento de lideranças gerava baixa previsibilidade de sucessão e critérios pouco técnicos para ocupação de cargos estratégicos. Para enfrentar o problema, foi criada uma Unidade Central de Gestão de Lideranças, encarregada de estruturar processos de seleção técnica, desenvolver programas alinhados à estratégia estadual e acompanhar o desempenho de gestores.

Como primeira ação, a unidade iniciou a construção de um programa voltado à identificação de talentos internos capazes de assumir posições estratégicas nos próximos ciclos governamentais, integrando competências técnicas, comportamentais e visão sistêmica.

Considerando o caso descrito, assinale a opção que indica a componente das políticas de liderança e sucessão no setor público.

(A) Identificação e desenvolvimento estruturado de talentos para formação de lideranças futuras, alinhado a modelos de sucessão planejada.
(B) Redistribuição automática de servidores com base em critérios de lotação e carga de trabalho, substituindo processos seletivos estruturados.
(C) Implantação de avaliações de desempenho exclusivamente punitivas para controle disciplinar das lideranças.
(D) Definição de incentivos financeiros individuais como principal instrumento para alinhamento estratégico entre secretarias.
(E) Adoção de rodízio compulsório de gestores como mecanismo central de renovação das lideranças.

QUESTÃO DISCURSIVA

A Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara identificou conflitos recorrentes entre duas diretorias técnicas responsáveis, respectivamente, pela elaboração de estudos legislativos e pela articulação institucional com outros poderes e órgãos externos.

Os conflitos resultavam de *diferenças de prioridades, de disputas por recursos, de interpretações divergentes sobre prazos e percepções assimétricas de poder institucional*, o que comprometia a cooperação entre as equipes, atrasando entregas estratégicas e gerando desgaste nas relações de trabalho.

Diante desse cenário, a Mesa Diretora decidiu adotar *técnicas estruturadas de negociação* como instrumento central para a *mediação e resolução do conflito intergrupal*, com o objetivo de restabelecer a cooperação, alcançar acordos sustentáveis e preservar o relacionamento institucional no médio e longo prazos.

Sobre o tema, com base nas *técnicas de mediação e resolução de conflitos intergrupais*, **elabore um texto analisando os itens a seguir.**

A) As principais causas dos conflitos intergrupais entre as duas diretorias.

B) De que modo a teoria dos jogos pode ser aplicada ao conflito intergrupal descrito, considerando as escolhas estratégicas possíveis das diretorias, os resultados potenciais da negociação e as limitações dessa abordagem no contexto de uma organização legislativa.

C) A estratégia de negociação do tipo "ganha-ganha", estruturada conforme as etapas do modelo PRAM, explicitando como essa estratégia pode contribuir para a superação do conflito, a construção de acordos viáveis e a preservação do relacionamento institucional entre as diretorias.

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização